



## ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

As dezenove horas e dois minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, o Secretário de Planejamento Vilmar Antônio Ferrão Junior de início a Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Campos Novos. Explicou que o Plano é uma ferramenta de planejamento e citou o estatuto das cidades e que a Audiência era consultiva e em parceria com o DEL.

Explanou a demanda das audiências anteriores e a proposta para melhorar o Plano atual.

Eliane Lopes, consultora do DEL, apresentou o Programa, que foi iniciado, em Campos Novos, no ano de dois mil e dezesseis, através da ACIRCAN, com recursos do Sindicato do Comercio Varejista.

Eliane chamou e apresentou os técnicos voluntários da Câmara técnica de Desenvolvimento do DEL presentes na audiência, a engenheira civil da Prefeitura Cristiane Carezia, a engenheira civil da AMPLASC Juliana Aisi Breger Cenci, o engenheiro agrimensor da AMPLASC Murilo Milanez e o engenheiro civil Sadi Jacomel.

Juliana explicou a chamada “velha Campos Novos” e a “nova Campos Novos” com ruas e avenidas largas, ciclovias, arborização que é a proposta de trabalho do Del.

Murilo Milanez apresentou o mapa do município, explicando, perímetro, áreas urbanas, áreas de interesse social, interesse turístico e industriais.

O Sr. Antônio Coelho questionou quais as intenções acerca da área do aeroporto.

O Sr. Lucas Cesa questionou onde serão feitas as áreas industriais, o que foi explicado através do mapa.

Murilo e Juliana explicaram que os estudos serão feitos também nos distritos do município e que as alterações serão feitas levando em consideração as características de cada área estudada.

Juliana Cenci, reforçou que as audiências são oportunidades de questionamentos e lembrou que as fichas de sugestões do Del estão disponíveis para sugestões e indagações, e podem ser entregues na ACIRCAN.

A arquiteta Veroniza Zimmermann questionou como serão feitas a transição as áreas urbana para rural, o que será estudado pela equipe.

O Sr. Gilberto Scussiato questionou a delimitação dos bairros e nomeação dos mesmos, onde estão surgindo os novos loteamentos.



O Sr. Antônio Coelho sugeriu a desapropriação de parte da rua Curitibanos para que seja feita a entrada do Loteamento Faedo, e foi informado pelo engenheiro Murilo Milanez que as ruas já foram delimitadas, e em seguida questionou uma área nas ruas Capinzal, Curitibanos e Loteamento Faedo para que seja feito um cemitério, e o sr. Murilo explicou que a os cemitérios serão feitos às margens da BR. Foi questionado ainda pelo sr. Antônio as áreas verdes e parcelamento de solo com áreas menores que o mínimo exigido.

O sr. Ademar Barbosa , indagou sobre a situação da área da entrada do Loteamento Santa Edwiges, onde aproximadamente 40 famílias dividem o espaço sem regularização. E explicou ainda que esses moradores não podem escriturar os lotes pois o Ministério Público não aceita e gostaria de saber como o Plano Diretor pretende resolver essa situação. O Secretário de Planejamento informou que a situação será levada a discussão na reunião da comissão no dia seguinte. O engenheiro civil da Prefeitura Juliano Bugança informou que deve ser usado cautela pois não se pode abrir exceções.

O Promotor de Justiça da Comarca de Campos Novos, Fernando Wiggers, que foi chamado à palavra, explanou que em Campos Novos existem diversas irregularidades e que a consolidação não legitima a situação. Explicou que o Plano Diretor é importante para pensar a cidade no futuro e não para resolver problemas pessoais ou legalizar irregularidades.

Disse ainda que o papel do Ministério Público é fiscalizar a lei e isso acaba desagradando pessoas que esperam que o MP resolva questões particulares, e que parcelamento de solo irregulares não serão aceitos pelo Ministério público mesmo que o cartório tenha aceito e agido de forma imprudente, podendo ser responsabilizado judicialmente por esses atos. Terminou dizendo que mesmo a falta de fiscalização por parte do município não valida atos irregulares praticados pelos moradores, que sempre esperam que uma lei futura resolva esses questões.

A sra. Leonilce Savariz, questionou se sua obra vai ser regularizada, e a engenheira Cristiane disse que o Plano Diretor não irá resolver casos específicos .

Eliane lembrou os presentes que os formulários de sugestões estão disponíveis que estão sendo recebidos na ACIRCAN, e finalizou agradecendo a presença de todos.

O Secretário de Planejamento, agradeceu a presença de todos e informou que na sequencia seria realizada a explanação da Revisão do Plano Diretor.